

*Discurso na cerimônia de lançamento  
do Programa Prioritário de  
Termoeletricidade 2000-2003*

**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 24 DE FEVEREIRO DE 2000**

*Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Senhor Presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães; Senhor Ministro das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhores Governadores; Parlamentares; Investidores; Senhoras e Senhores,*

Ao escutar o desfile dos nomes das empresas e das regiões do Brasil nas quais elas vão estar trabalhando para a produção de energia, eu me perguntava e consultava o Vice-Presidente Marco Maciel: quantos países do mundo seriam capazes de, num só impulso, gerar uma quantidade tão grande e tão expressiva de capitais, de recursos técnicos, de disposição política, de vontade de crescer quanto o nosso Brasil? Sem nenhum exagero patriótico, é de dar orgulho.

Sinto-me particularmente feliz ao ver o que está acontecendo no setor energético brasileiro. Aqui foi dito pelo Ministro Tourinho, na brilhante exposição que fez, objetiva, realista e encorajadora, que me esforcei para que tivéssemos o gasoduto Brasil–Bolívia. O Secretário Paulino Cícero está aqui presente e há de se recordar dos dias difíceis

para convencer a quem eu tinha que convencer de que era preciso ir à Bolívia assinar um acordo para que houvesse o gasoduto Brasil–Bolívia. Eu era um mero Ministro das Relações Exteriores, mas estava pensando na grandeza do Brasil.

Nós nos empenhamos profundamente nisso e conseguimos construir esse gasoduto. E, agora, já se fala do segundo gasoduto. Era um sonho de dezenas de anos, como sempre, cheio de controvérsias, de dúvidas, de discussões se podia ou não podia, se servia ao interesse nacional, não servia, tem gás na Bolívia, não tem gás na Bolívia. Agora, é a própria Petrobras que descobre mais e mais gás na Bolívia, porque deu um voto de confiança à existência, porque sabíamos que havia gás lá. Aí está o gasoduto.

Da mesma maneira, deixa-me feliz lembrar que, ainda Ministro das Relações Exteriores, tive uma conversa com o Presidente da Petrobras – na época, o Doutor Joel Rennó – e perguntei a ele quanto se comprava de petróleo da Argentina e da Venezuela. A resposta foi: zero. Hoje, importamos petróleo da Argentina na ordem, mais ou menos, de 1 bilhão de dólares por ano e da Venezuela, cerca de 600 milhões de dólares. Por que me refiro a isso? Porque o Brasil começou a perceber que o seu futuro não era a autarquia, não era o isolamento. Era a integração na América do Sul. Para isso, tínhamos que tomar decisões arrojadas, corajosas, que aqueles que, muitas vezes, têm vistas curtas imaginam sempre: “Ai de nós. Vamos ficar sem produzir aqui mesmo. Amanhã ou depois, o que vai nos acontecer?” Pois o que vai nos acontecer é o que está acontecendo: é mais progresso, é mais confiança, mais confiança recíproca nos nossos vizinhos para conosco e dos brasileiros para com os nossos vizinhos, mais crença nas parcerias, na capacidade de termos um projeto grandioso de crescimento econômico que não seja baseado na reinvenção da roda a todo instante, que é preciso aproveitar o que existe de bom em outros países, a capacidade tecnológica, os capitais disponíveis. E é preciso, com competência, pedir para que venham aqui investir e acreditar, aí, sim, no nosso país, na nossa capacidade de levarmos adiante um projeto nacional de desenvolvimento, que é o que estamos fazendo.

Assim como fomos capazes de, na questão da energia, redefinir toda a nossa matriz energética, assim como fomos capazes de pensar com grandeza no futuro do Brasil, também foi necessário que inovássemos na relação entre o público e o privado. Levei muitos anos, Senhor Senador Antônio Carlos, Vice-Presidente Marco Maciel, que foi meu colega no Senado, batalhando para que fosse aprovada uma Lei de Concessão de Serviços Públicos. Cinco anos, precisamente. Foi preciso que eu fosse Ministro da Fazenda e, depois, Presidente da República para que essa lei pudesse ser aprovada. Ela foi a base do que aconteceu depois, abrindo a possibilidade de nós, efetivamente, por mecanismos ágeis e competentes, estendermos os braços da Nação brasileira, que não se limitam aos braços do Estado, mas que se estendem através dos braços da sociedade e, portanto, dos investidores privados, para que continuássemos construindo um país digno de seus filhos.

Mas fizemos. Não foi só a Lei de Concessão de Serviços Públicos. O Congresso avançou muito em muitas matérias importantes e sensíveis. Aqui está o Doutor Eliseu Resende. E me recordo de quando se discutia, lá atrás, a necessidade de colocar em ordem as dívidas do setor energético – e, meu Deus, quanta discussão, quanto verbo lançado, muitas vezes, no vazio para convencer de que é preciso dar uma certa ordem nas contas públicas para que os entes estatais pagassem uns aos outros e para que os déficits não fossem o cotidiano da vida dos brasileiros. Mas fizemos. Avançamos na reorganização.

Mais adiante, para preparar a possibilidade do que está acontecendo agora, redefinimos as regras fundamentais das agências estatais, que hão de controlar, em benefício do consumidor e do país, os investimentos no setor elétrico, no setor de petróleo, no setor de águas, como estamos fazendo agora, nos transportes, como faremos daqui a pouco, na aviação civil, como faremos também. Reorganizar o Estado, reformar o Estado. Tarefa espinhosa, mas necessária.

Hoje, vê-se que o Estado é outro. O Estado já está em franca marcha de reforma. O que não quer dizer que ele se encolha, nem que me venham com epítetos de neoliberal – já chamei de “neobobos” os que assim falavam, e o são. Porque o que se fez foi fortalecer o Estado,

para ele fazer frente às demandas da sociedade contemporânea. Um Estado ágil. Um Estado que é capaz de, junto com o Executivo e o Congresso, e sempre com a guarda dos tribunais, redefinir os marcos legais, que permitem a segurança do investimento, mas que permitem, também, o atendimento ao consumidor. E que, portanto, nós estejamos sempre renegociando, não os termos do contrato, mas as metas, exigindo que elas sejam atingidas, para que a população tenha o atendimento necessário.

Não se trata de um Estado mínimo, nem menor nem encolhido, mas de um Estado competente, um Estado capaz de se organizar para fazer frente às transformações tecnológicas que levam, com muita rapidez, à necessidade das modificações dos processos decisórios e levam a ajustes crescentes nos marcos institucionais.

Estamos ainda nesse processo. Estamos avançando. E, hoje, celebramos, aqui, esse avanço grande no setor energético. Quero render homenagem, também, ao Ministro Raimundo Brito, que antecedeu o Ministro Tourinho e ajudou a reorientar esse processo. Se essas empresas, 23 fontes geradoras de energia, sobretudo hidrelétricas, estavam paralisadas, foram retomadas. Muitas delas já estão, hoje, fornecendo energia e já estamos até barateando a energia, sobretudo no campo, graças ao aumento dessa produção.

Mudamos o paradigma. Mudamos o paradigma e fazemos, agora, com que haja maior competição no setor energético. E, reitero, essa competição vem sempre junta com a capacidade do Estado de ser quem regulamenta e acompanha o desenvolvimento do setor, pensando sempre no interesse nacional e no interesse da população, do cidadão, do consumidor.

O interesse nacional, agora, nos obriga a multiplicar os esforços. Nesta tarde, o que foi aqui resenhado pelo Ministro Tourinho é a manifestação clara de que estamos enfrentando as dificuldades para que possamos continuar levando adiante o interesse do nosso país, que é um só: crescer e dar dignidade e bem-estar à sua população.

Para crescer, é preciso trabalhar, é preciso investir e é preciso ter competência. Esse é o rumo do desenvolvimento. O Avança Brasil já

mostra com clareza qual é o projeto nacional de desenvolvimento. Friso o nacional. Nacional não quer dizer ojeriza ao estrangeiro. Nacional quer dizer definição clara dos interesses do povo e do país para que os estrangeiros, ao se juntarem nesse esforço, juntem-se aos nossos propósitos. E bem-vindos, se se juntarem aos nossos propósitos. Mas quer dizer, também, que o Governo, por meio do Ministério do Desenvolvimento, sob a guarda do Ministro Alcides Tápias, vai continuar olhando para o fortalecimento do setor produtivo do Brasil.

Vejo, às vezes, nos jornais, discussões sobre por que se muda alguém aqui e ali – e também rendo minha homenagem ao grande funcionário Andrea Calabi, que vai ser substituído –, vejo discussões a respeito do rumo. O rumo quem dá sou eu. O rumo quem dá é o povo que me elegeram. O rumo não muda, é de fortalecimento do Brasil, é o fortalecimento da capacidade produtiva do Brasil, é de termos, crescentemente, setores nacionais com capacidade competitiva e é de mantermos os braços abertos aos investidores estrangeiros que se venham juntar nesse rumo definido pelo país.

Hoje é, portanto, um dia, para nós, de júbilo. E esse júbilo é maior quando se vê que essas transformações que estão aqui sendo anunciadas, esse avanço que está aqui sendo anunciado e que é imperativo, como disse o Ministro, porque nós temos fome, efetivamente, de mais energia, e ele é muito sentido pelas populações do Brasil.

Aqui estão governadores de estados que vão ser beneficiados diretamente por esse programa de transformação. O Brasil tem uma dívida para com certos estados. Tem dívida para com Santa Catarina. Dívida porque, na exploração do carvão, danificamos profundamente o meio ambiente. Estamos resgatando isso e faremos, em Santa Catarina, uma área de recuperação ambiental, lá em Criciúma. Porque agora vamos aproveitar o carvão de forma mais adequada. É uma programação com tecnologia moderna, que permite a utilização do carvão sem produzir danos ao meio ambiente.

Da mesma maneira vamos fazer em Candiota 3 e em Figueira, no Paraná. Vamos, também, voltar a falar naquilo que há 30, 40, 50 anos se imaginava que fosse, um dia, possível de aproveitar,

que é o xisto. O xisto betuminoso vai ser utilizado, também, como fonte de energia.

Na redefinição desse programa, na medida em que estamos mudando a matriz energética, na medida em que estamos, também, tornando possível a utilização do gás e do carvão, vamos poder ampliar os nossos laços com a América do Sul. Amanhã, quem sabe, a Colômbia, como hoje a Bolívia, como já é o Paraguai, como já é a Argentina, na questão da energia elétrica, contribuirão todos – a Venezuela – para que possamos continuar crescendo. E o Brasil crescendo a América do Sul cresce também. Não se trata de sugar nada dos nossos vizinhos e irmãos, mas se trata de, juntos, criarmos mais oportunidades para esse crescimento.

Algumas regiões do Brasil, como Mato Grosso do Sul, que tem lá a possibilidade de um pólo siderúrgico, vêem, finalmente, o seu sonho de aproveitar aquele pólo siderúrgico concretizado ou, pelo menos, possibilitado pelas decisões que estão sendo tomadas aqui.

E outras áreas, como Rondônia, que tinha problemas sérios, energéticos, também. Em Alagoas, numa decisão que para o porte da Petrobras não é de tanta monta assim, num investimento como há muito o estado não via, a não ser na energia ou nas linhas de transmissão, nós também, lá, fizemos um esforço grande em Xingó.

Há, portanto, razões práticas, concretas, para mostrar os efeitos dessa mudança de mentalidade, dessa capacidade que os brasileiros estão demonstrando de se reorganizarem para poder seguir adiante, num processo de desenvolvimento nacional.

Quero me referir, também, para finalizar, que tem toda a razão o Ministro Tourinho, ao marcar uma posição no que diz respeito a um programa que é um dos mais importantes do Brasil, que é o Luz no Campo, porque o homem do campo, a mulher do campo, a criança do campo brasileiro ficaram relegados, excluídos, como se diz hoje, da possibilidade de uma integração nacional porque não têm energia. Até hoje, há áreas sem energia. E o Luz no Campo vai permitir não apenas a iluminação, que já é essencial, mas a utilização de máquinas, o acesso à televisão, a melhoria do nível educacional e a me-

lhoria da qualidade de vida das populações. E esse é um programa do Governo Federal, junto com os governadores. E friso: juntos, vamos estar trabalhando para que seja possível, efetivamente, melhorar as condições das populações do campo brasileiro. Isso é alguma coisa de revolucionário.

Finalizo dizendo que isso se junta à nova concepção do Estado brasileiro. Ao lado de cada uma dessas agências reguladoras dos investimentos pós-privatização, reguladoras das parcerias, não esquecemos nem da população, como a questão do Luz no Campo, nem daquilo que é essencial, que é a continuidade do desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

Talvez os brasileiros ainda não tenham percebido, mas, daqui para diante, vão sentir os efeitos do que criamos, como no caso da Agência Nacional de Petróleo e da produção energética no petróleo: fundos específicos para a ciência e tecnologia, que, no petróleo, devem ser da ordem de 500 milhões de dólares para os próximos quatro anos, que irão diretamente para o financiamento da pesquisa e da ciência.

Ao lado de cada uma das agências reguladoras, como a Aneel, como faremos na de transporte, como na discussão que o Senado está fazendo, na agência de telecomunicações, ao lado de cada uma dessas agências há um fundo de desenvolvimento científico e tecnológico. Há, portanto, ao mesmo tempo que a privatização, o cuidado para que se utilize uma parte dos recursos gerados por esse esforço no desenvolvimento científico e tecnológico, passando pelo Ministério de Ciência e Tecnologia e irrigando as nossas universidades. Sabemos que o futuro é o conhecimento e é o conhecimento científico e tecnológico. Não iríamos perder a oportunidade de, ao redefinir o Estado brasileiro e as condições de crescimento da nossa economia, aproveitar, também, os recursos, para que haja maior permanência e a possibilidade de vislumbrarmos um futuro melhor para os brasileiros, desenvolvendo a ciência e a tecnologia.

E isso num país que tem a ventura, como vimos esta semana, de dispor de cientistas que foram capazes de reconstituir a seqüência do DNA de um parasita que matava, que perturbava a produção da la-

ranja em São Paulo. Ao fazer isso, o País se colocou na vanguarda. Poucos países do mundo foram capazes de fazer toda a seqüência genética do DNA para chegar a uma reconstituição como se fez aqui, com técnicas inovadoras.

É por essas razões, Senhoras e Senhores, Ministros, Governadores, Excelências ao meu lado, aqui, que, realmente, digo que, nesta tarde, eu me rejubilo e fico mais confiante ainda no desenvolvimento do Brasil, no futuro do Brasil e na capacidade que nós, brasileiros, vamos ter de corresponder ao que foi dito aqui pelo Presidente da EDP: as expectativas que existem no mundo de, com seriedade, com serenidade, com confiança, fazendo reformas, continuando nas reformas, mantendo a democracia, sem demagogia, construirmos uma grande Nação.

Muito obrigado.